

Água Limpa Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Água Limpa Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Água Limpa Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Água Limpa Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Paulo Ferreira Silveira

Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.442	387	Fornecedores	11	2.311	2.106
Contas a receber	5	5.180	6.515	Obrigações sociais e trabalhistas		508	396
Impostos a recuperar	6	614	565	Obrigações tributárias		37	85
Estoques		369	341	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12	4.325	8.547
Outras contas a receber	10	1.760	248	Total do passivo circulante		7.181	11.134
Total do ativo circulante		9.365	8.056				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
NÃO CIRCULANTE				Capital social	12	41.288	41.288
Depósitos judiciais	13	6	6	Reservas de lucros	12	18.818	16.327
Imobilizado	8	53.252	55.797	Total do patrimônio líquido		60.106	57.615
Intangível	9	4.664	4.890				
Total do ativo não circulante		57.922	60.693				
TOTAL DOS ATIVOS		67.287	68.749	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.287	68.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	46.531	45.991
Custos de operação e manutenção	15	<u>(6.324)</u>	<u>(6.544)</u>
Lucro bruto		<u>40.207</u>	<u>39.447</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	15	(3.625)	(3.170)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	-	1
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>36.582</u>	<u>36.278</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	16	159	333
Despesas financeiras	16	<u>(3)</u>	<u>(19)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.738	36.592
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.468)	(1.562)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>35.270</u>	<u>35.030</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de ações		0,854	0,848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.270	35.030
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>35.270</u>	<u>35.030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		41.288	5.796	17.257	-	64.341
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	35.030	35.030
Destinação do lucro:	12					
Constituição de reserva legal	12	-	1.752	-	(1.752)	-
Dividendos intermediários pagos de 2023 (R\$0,39 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(16.180)	(16.180)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,20 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(8.320)	(8.320)
Dividendos adicionais 2022 (R\$0,42 por lote de mil ações)	12	-	-	(17.257)	-	(17.257)
Destinação para reserva de retenção de lucros	12	-	-	8.778	(8.778)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>41.288</u>	<u>7.548</u>	<u>8.778</u>	<u>-</u>	<u>57.614</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	35.270	35.270
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	12	-	711	-	(711)	-
Dividendos adicionais pagos de 2023 (R\$0,21 por lote de mil ações)	12	-	-	(8.778)	-	(8.778)
Dividendos mínimos obrigatórios 2024 (R\$0,21 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(8.640)	(8.640)
Dividendos intercalares de 2024 (R\$0,37 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(15.360)	(15.360)
Destinação para reserva de retenção de lucros	12	-	-	10.559	(10.559)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>41.288</u>	<u>8.259</u>	<u>10.559</u>	<u>-</u>	<u>60.106</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	12	35.270	35.030
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Baixa de Imobilizado	8	-	(1)
Depreciação e amortização	8 e 9	2.833	3.347
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	5	1.335	602
Estoques		(28)	(38)
Impostos a recuperar	6	(49)	933
Outras contas a receber	10	(1.512)	108
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		204	182
Imposto de renda e contribuição social a recolher		432	1.864
Obrigações sociais e trabalhistas		112	(9)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas operações		38.597	42.018
IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PAGOS		(480)	(1.892)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>38.117</u>	<u>40.126</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	8	(62)	(212)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(62)</u>	<u>(212)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	12	(37.000)	(39.735)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(37.000)</u>	<u>(39.735)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.055</u>	<u>179</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	387	208
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.442	387
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.055</u>	<u>179</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Água Limpa Energia S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela holding TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), constituída em 25 de fevereiro de 2005, com sede em Dianópolis, Estado do Tocantins, tendo por objeto social principal a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, a partir da Pequena Central Hidroelétrica (“PCH”) Água Limpa, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A TEP é controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), que é uma holding do Grupo Global, que controla diversas térmicas e PCHs bem como exerce atividades no setor energético em todo o território nacional.

Autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como Produtora Independente de Energia (PIE), implantar e explorar a PCH Água Limpa (14 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010. Optou por participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), compartilhando o risco hidrológico com as demais usinas participantes do MRE.

Em 8 de fevereiro de 2022 a Aneel, amparada pela Lei 14.120/2022, aprovou a Resolução Autorizativa n.º 11.131, publicada no DOU de 23/02/2022, que estabeleceu nova vigência da autorização da PCH Água Limpa até 21 de dezembro de 2040. Em outro processo relacionado ao expurgo de eventos que contribuíram para o GSF do MRE em 2013 e 2014, a Aneel enfim aprovou, em outubro de 2023, Resolução Autorizativa n.º 14.896/2023, que estendeu a autorização da Companhia até 15/05/2045.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG (*Environmental, Social and Governance*). A Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo uma gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da Global Participações em Energia S.A. (GPE), referente ao ano anterior. Esse relatório apresenta as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2024, a PCH Água Limpa operou conforme os parâmetros contratuais estabelecidos, gerando e injetando no sistema elétrico 79.574,6 MWh (79.867,8 MWh, em 2023), inferior em 0,37% em relação à geração de 2023; A geração dos últimos dois anos foi afetada negativamente em razão da significativa redução da energia natural afluyente. Foi registrada disponibilidade da PCH de 98,83% (99,16%, em 2023).

Em 2024, o Plano de Segurança de Barragem da usina foi acompanhado pela empresa Geometrisa, que emitiu o Relatório de Inspeção Regular (ISR) e o Relatório de Auscultação Civil, estando a situação do empreendimento conforme os padrões normativos, e realizou os simulados de evacuação interna e externa, seguindo os procedimentos descritos no Plano de Ação de Emergências da usina.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores externos refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2024, estão adequados.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2024, comparativamente ao de 2023, está influenciado por:

- Volume de geração da PCH.
- Desempenho do MRE.
- Variação negativa do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2024 (junho/23 a maio/24), que reajusta tarifas e serviços, inclusive o Preço de Venda da Energia.

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$46,5 milhões (R\$46,0 milhões em 2023), registrando acréscimo de 1,2%, reflexo do MRE positivo de R\$1,3 milhões (em 2023, negativo de R\$0,1 milhão).

Custos e Despesas Operacionais: R\$9,9 milhões (R\$9,7 milhões em 2023). Registrando um acréscimo de 2,42% em 2024.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração para a geração operacional de caixa, R\$39,4 milhões (R\$39,6 milhões em 2023), apresentando redução de R\$0,2 milhão (0,53%).

Lucro Operacional: R\$36,6 milhões (R\$36,3 milhões em 2023), registrando acréscimo de 0,84%, refletindo o incremento da receita.

Resultado Líquido do Exercício: lucro de R\$35,3 milhões (R\$35,0 milhões de 2023), correspondente a uma margem de lucratividade líquida de 75,8% (76,2%, em 2023).

Contas a Receber: R\$5,2 milhões (R\$6,5 milhões em 2023), apresentando uma variação negativa explicada, principalmente, pelo reajuste anual negativo do faturamento e pela parcela 1/12 MRE 2023.

Capital de Giro: Capital Circulante Líquido positivo de R\$2,2 milhões (negativo em R\$3,1 milhões em 2023), com evolução favorável de R\$5,3 milhões. No passivo circulante estão provisionados R\$4,3 milhões (em 2023, 8,5 milhões) a título de dividendos que somente serão pagos conforme a disponibilidade de caixa da companhia.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$1,4 milhão (R\$0,4 milhão em 2023), com evolução favorável de R\$1,0 milhão.

Remuneração aos Acionistas (dividendos efetivamente pagos em 2024): R\$37,0 milhões (R\$39,7 milhões, em 2023), redução de 6,88%.

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como o cumprimento dos compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.



Agradecimentos:

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Companhia pela confiança depositada ao longo do exercício social de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Dianópolis (TO), 17 de março de 2025.

Pedro Coelho de Souza Monteiro Magalhães

Presidente do Conselho de Administração

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia detém autorização da Aneel, mediante a Resolução n.º 422, de 23 de janeiro de 2006, para estabelecer-se como Produtora Independente de Energia (“PIE”), implantar e explorar a PCH Água Limpa (14 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins.

A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho Aneel n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, com contrato de fornecimento de energia à Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. pelo prazo de 20 anos e vigência até 29 de outubro de 2030, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa. Em junho de 2023, o contrato de fornecimento de energia foi cedido pela Eletrobras à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia que assumiu a gestão do Proinfa, conforme previsto na Lei n.º 14.182/2021 e Decreto n.º 10.791/2021.

Em outubro de 2023, após a aprovação da Resolução Autorizativa n.º 14.896/2023, a Companhia teve nova extensão de sua autorização com vigência até 15/05/2045.

A autorização poderá ser prorrogada, a pedido da Companhia, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, desde que previamente autorizados, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria da Aneel.

1.1. Mecanismo de realocação de energia

A Companhia fez opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do Proinfa, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do Proinfa os montantes relativos ao custo ou receita. A Companhia realiza a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

1.2. Repactuação de risco hidrológico

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo federal sancionou a Lei n.º 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Nesse produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50 /MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030.

Uma vez que a Companhia aderiu à repactuação em 2016 com efeitos retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do GSF de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, a Companhia contabilizou uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética da Água Limpa Energia S.A. e o montante do prêmio foi atualizado. A ENBPar, que assumiu a gestão do Proinfa em junho de 2023, possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, que começou a ser efetuado apenas em 2019.

A Resolução Homologatória n.º 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, homologou o cálculo da CCEE relacionado aos eventos de GSF de 2013 e 2014 que deveriam ser compensados aos agentes por meio de extensão de prazo de outorga, o que foi aceito pela Companhia em outubro de 2021 com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à Aneel.

Apesar de a Aneel ter homologado o valor calculado pela CCEE (R\$5.565), a Companhia apontou para a agência a necessidade de recalcular o correspondente prazo de extensão de outorga (754 dias, segundo REH 2.932/2021), de modo a considerar o novo termo final da autorização, posto que este foi alterado pela Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 ainda em fevereiro de 2022. O Pedido de Reconsideração da Companhia foi reconhecido pela Aneel pelo Despacho n.º 921, de 5 de abril de 2022, mas a nova Resolução Homologatória (REH 3.242/2023) foi publicada apenas em agosto de 2023, com consequente aprovação do novo termo final da autorização pela Resolução Autorizativa 14.896, de 10 de outubro de 2023.

Dessa maneira, a Companhia reconheceu em 2021 um ativo intangível constituído pelo recálculo da repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$5.565), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 3,93% ao ano até 15/05/2045 (5,46% em 2022). Em dezembro de 2023, já havia sido amortizado o montante de R\$272 (R\$287 em 2022). Entende-se que o recálculo do prazo de extensão não altera o valor do ativo intangível divulgado e reconhecido.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE na data-base 31 de dezembro de 2024 é positivo de R\$1.357 (2023 negativo de R\$103). As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. A Companhia acompanha tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela ENBPar.

No exercício de 2024, foi reconhecido no resultado o montante negativo de R\$1.686 (R\$1.618 negativo em 2023), referente à provisão de receita do MRE de 2024, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

1.3. Continuidade Operacional

Em 8 de fevereiro de 2022, a Aneel aprovou a Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 (publicada em 23/02/2022), que estabelece nova vigência da autorização da Companhia até 21/12/2040. Em outubro de 2023, após a aprovação Resolução Autorizativa n.º 14.896/2023 a Companhia teve nova extensão do contrato de concessão com vigência até 15/05/2045.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e legislação específica emanada pela Aneel, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

A Companhia não identificou premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste expressivo dos saldos contábeis de ativos e passivos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como não foram realizados julgamentos na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São considerados:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento ("non-performance").

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada indireta da GPE.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada substancialmente considerando o prazo de autorização como produtor independente.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (“forward-looking”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente em impostos correntes.

Nos anos de 2024 e 2023, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no exercício; estas não possuem margem para presunção de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- a) Tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR, sendo resultado da primeira etapa do Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras e cedidos para a ENBPar em junho de 2023 que, por sua vez, possui os volumes registrados na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

A Companhia possui uma receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que a Companhia participa do MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e contabilizadas pela Companhia por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e ajustado nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a ENBPar, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- Receita com venda de energia: refere-se à integralidade da energia contratada pela ENBPar (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenants é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenants após o período de relatório.
Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e; CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da Alteração
CPC 36 (R3)	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3)	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou “ <i>joint venture</i> ”.
CPC 40 (R1)	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.
CPC 48	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas alterações acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas tenha efeito significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras de alta liquidez	1.442	387
Total	<u>1.442</u>	<u>387</u>

Referem-se a aplicações financeiras em Fundos de Investimentos, com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características a alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 103,61% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,99% do CDI em 2023).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	5.180	6.515
Total	<u>5.180</u>	<u>6.515</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à ENBPar decorrente do contrato de compra e venda de energia que a Companhia tem no Proinfa, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que não há histórico de inadimplência na conta Proinfa.

Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis e sem histórico de perdas.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS sobre faturamento	100	91
COFINS sobre faturamento	462	423
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	52	51
Total	<u>614</u>	<u>565</u>

7. PARTES RELACIONADAS

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração individualizada, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício de 2024 foram pagos R\$420, sendo R\$330 de remuneração fixa e R\$90 de remuneração variável (R\$392 em 2023, sendo R\$239 de remuneração fixa e R\$153 de remuneração variável). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

8. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Veículos	Montagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	-	
<u>Custo corrigido</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	740	22.879	195	46.667	53.304	71	-	15	123.871
Adições	-	-	-	87	-	10	16	100	213
Baixa	-	-	-	-	-	(5)	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	740	22.879	195	46.754	53.304	76	16	115	124.079
Adições	-	-	-	57	-	5	-	-	62
Saldos em 31 de dezembro de 2024	740	22.879	195	46.811	53.304	81	16	115	124.141
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(391)	(11.773)	(195)	(24.574)	(28.253)	(26)	-	-	(65.212)
Adições	(18)	(588)	-	(1.151)	(1.303)	(12)	(2)	-	(3.074)
Baixa	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(409)	(12.361)	(195)	(25.725)	(29.556)	(34)	(2)	-	(68.282)
Adições	(15)	(486)	-	(981)	(1.096)	(14)	(3)	(12)	(2.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(424)	(12.847)	(195)	(26.706)	(30.652)	(48)	(5)	(12)	(70.889)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	331	10.032	-	20.105	22.652	33	11	103	53.252

(*) A depreciação acumulada é calculada substancialmente considerando o prazo de autorização como produtor independente, utilizando uma taxa média de 2,08% ao ano. As taxas médias anuais de depreciação, em razão da nova vigência no prazo da autorização regulatória até 15/05/2045, foram revisadas a partir do exercício de outubro de 2023, reduzindo o valor da quota anual de 2024 em relação a 2023.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

9. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	28	(25)	3	-
Direito das autorizações	3,93%	5.565	(904)	4.661	4.890
Total		<u>5.590</u>	<u>(929)</u>	<u>4.664</u>	<u>4.890</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022					5.163
Amortização					<u>(273)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023					4.890
Amortização					<u>(226)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024					<u>4.664</u>

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de autorização, formado pela extensão da autorização da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 4,12% a.a. (Em 2023, 4,89% a.a.), de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia. Em outubro de 2023, após a aprovação Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, a Companhia obteve nova extensão de sua autorização, até 15/05/2045. Ver nota explicativa nº 1 para mais informações.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas antecipadas	378	248
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (a)	1.380	-
Outras contas a receber	2	-
Total	<u>1.760</u>	<u>248</u>

(a) Risco hidrológico compartilhado conforme N.E. 1.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Centralizada dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	1.682	1.682
Engenharia São Patrício	67	128
Fairfax Brasil Seguros	390	-
Outros fornecedores	<u>172</u>	<u>296</u>
Total	<u><u>2.311</u></u>	<u><u>2.106</u></u>

(a) A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$41.288 e está representado por 41.288.140 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
TEP – Termoelétrica Potiguar S.A.	28.670.484	69,44%
RPE – Produtora de Energia Elétrica Ltda.	12.386.442	30,00%
Maria das Graças B. N. Fernandes	231.214	0,56%
Total	<u><u>41.288.140</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva legal de R\$711 (R\$1.752 em 2023).

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração destinou o saldo do lucro do exercício após dedução da reserva legal e dividendos para a reserva de lucros retidos, no montante de R\$10.559 (R\$8.778 em 2023).

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	35.270	35.030
Reserva legal	(711)	(1.752)
Base para dividendos	<u>34.559</u>	<u>33.278</u>
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	<u>(8.640)</u>	<u>(8.320)</u>

Como os dividendos intercalares declarados de 2024 no montante de R\$15.360 foram superiores aos dividendos mínimos obrigatórios não há o que ser constituído no exercício de 2024. Vide movimentação dos dividendos a pagar abaixo.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderada de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	35.270	35.030
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>41.288</u>	<u>41.288</u>
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$	<u>0,854</u>	<u>0,848</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas, conforme determinado em seu Estatuto, o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
<u>2023</u>			
AGOE de 17 de março de 2023	Dividendos adicionais 2022	17.257	0,418
RCA de 10 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 1º sem/2023	13.000	0,315
RCA de 20 de outubro de 2023	Dividendos Intercalares 3º trim/2023	11.500	0,279
<u>2024</u>			
AGOE de 26 de março de 2024	Dividendos adicionais 2023	8.778	0,213
RCA de 5 de junho de 2024	Dividendos Intercalares 1º trim/2024	7.500	0,182
RCA de 5 de agosto de 2024	Dividendos Intercalares 2º trim/2024	7.500	0,182
RCA de 28 de outubro de 2024	Dividendos Intercalares 3º trim/2024	9.000	0,218

Movimentação dos dividendos:

Saldo dividendos a pagar 2022	6.525
Dividendos propostos referente a 2022	17.257
Dividendos Intermediários 2023	16.180
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	8.320
Dividendos pagos	<u>(39.735)</u>
Saldo dividendos a pagar 2023	<u>8.547</u>
Dividendos propostos referente a 2023	8.778
Dividendos Intermediários 2024	15.360
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	8.640
Dividendos pagos	<u>(37.000)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024	<u>4.325</u>

13. RISCOS CONTINGENCIAIS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

A principal demanda judicial é a seguinte:

- (a) A Companhia é autora de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas.

Não há processos avaliados pelos assessores jurídicos, como perda provável, nas esferas: trabalhista, cível e de natureza tributária. Dessa forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

Depósito judicial

Em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, a Companhia mantinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$6. Possibilidade de perda remota.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de venda de energia	46.837	47.843
Mecanismos de realocação de energia - MRE	1.344	(103)
Deduções de venda:		
PIS	(294)	(311)
COFINS	<u>(1.356)</u>	<u>(1.438)</u>
Total	<u>46.531</u>	<u>45.991</u>

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(2.234)	(1.857)
Depreciação e amortização	(2.833)	(3.347)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(527)	(518)
Custos com manutenção e operação	(2.933)	(2.690)
Custos e despesas com seguros	(262)	(262)
Despesas com viagens e comunicações	(102)	(117)
Serviços de terceiros	(433)	(340)
Assessoria e consultoria	(467)	(479)
Tributos	(1)	(1)
Outras despesas (receitas)	(157)	(102)
Total	<u>(9.949)</u>	<u>(9.713)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(6.324)	(6.544)
Despesas gerais e administrativas	(3.625)	(3.170)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	1
Total	<u>(9.949)</u>	<u>(9.713)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	159	187
Outras receitas financeiras, líquidas	-	146
Subtotal	<u>159</u>	<u>333</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Outras despesas financeiras, líquidas	(3)	(19)
Subtotal	<u>(3)</u>	<u>(19)</u>
Total	<u>156</u>	<u>314</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado do exercício de 2024 e de 2023 estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de venda de energia	48.181	47.740
Receita de recontabilização CCEE	(155)	(22)
Efeito líquido da repactuação - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	<u>(1.344)</u>	<u>103</u>
Faturamento - lucro presumido	<u>46.682</u>	<u>47.821</u>
Alíquota de presunção de lucro presumido IRPJ	3.735	3.826
Receita financeira	159	333
Subtotal IRPJ	<u>3.894</u>	<u>4.159</u>
Imposto de renda à taxa nominal	(585)	(624)
adicional Imposto de renda à taxa nominal	<u>(365)</u>	<u>(392)</u>
Imposto de renda à taxa efetiva	(950)	(1.016)
Alíquota de presunção de lucro presumido CSLL	5.602	5.739
Receita financeira	159	333
Subtotal CSLL	<u>5.761</u>	<u>6.072</u>
Contribuição social à taxa nominal (9%)	<u>(518)</u>	<u>(546)</u>
Contribuição social à taxa efetiva	(518)	(546)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.468)</u>	<u>(1.562)</u>
Taxa Efetiva	3,14%	3,27%

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.442	387
Contas a receber de clientes e outros	5.180	6.515
Outras contas a receber	<u>1.760</u>	<u>248</u>
Total	<u>8.382</u>	<u>7.150</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>
Fornecedores	2.311	2.106
Dividendos a Pagar	<u>4.325</u>	<u>8.547</u>
Total	<u>6.636</u>	<u>10.653</u>

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- risco de crédito.
- risco de liquidez.
- risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a conformidade com as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes do cliente ENBPar, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desse cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de *rating*.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2025</u>
Fornecedores	2.311
Dividendos a pagar	<u>4.325</u>
Total	<u><u>6.636</u></u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2024 considerando percentual de 10%. A análise é preparada considerando que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2024. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/24	Variação de 10% do CDI	Efeito no resultado e no patrimônio líquido
1.442	12,15%	10,94%	(18)

Gestão do capital social

A Administração gerencia o capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios da Companhia de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral permanece inalterada desde 2022.

O patrimônio líquido inclui capital social e reservas, conforme divulgado na nota explicativa n.º 12.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento.

Política de preços (ambiente regulatório)

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do Proinfa com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador Aneel.

Quanto à escassez de chuva

A Companhia gera energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, a Companhia aderiu ao MRE, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Ademais, a Companhia repactuou o risco hidrológico em 2016, de modo a transferir para o consumidor o risco de escassez hídrica, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Companhia entende não haver riscos associados em 2024 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir estão relacionadas as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

Exercício de 2024

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$2.794.
- Saldo de dividendos a pagar referente a 2024 no montante de R\$4.325.

Exercício de 2023

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$2.245.
- Saldo de dividendos a pagar de 2023 no montante de R\$8.547.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

- RCA declarando dividendos de R\$5.000 referente quarto trimestre de 2024.
-